



CURRÍCULOS E MÉTODOS DAS REFORMAS REPUBLICANAS NO PARANÁ (1900 -1920)

Fabiane Tessaro Ireno (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Maria Cristina Gomes Machado (Orientador)

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, letras e artes / Maringá, PR.

Educação / História da Educação

Palavras-chave: História da Educação, Legislação, Paraná.

Resumo

O trabalho em questão investiga o currículo e os métodos que foram indicados para o ensino primário, tendo por base a legislação educacional do Estado do Paraná no período de 1900 a 1920. Esta pesquisa é de cunho histórico e documental, realizou-se uma investigação acerca da legislação educacional com ênfase no tratamento dado ao currículo e aos métodos que deveriam ser utilizados neste estado no período supracitado. Em relação a isso, foi possível constatar que o ensino estava voltado para a formação social e civil do indivíduo, este deveria demonstrar seu amor e respeito pela pátria, conteúdos como História do Brasil, bem como Moral foram incluídos. Para que o ensino pudesse ocorrer conforme modelos modernos de ensino, o método que a escola utilizaria seria o método intuitivo ou o chamado “lição de coisas”, que ora aparece na legislação, ora não. Para a compreensão dessa documentação fez-se necessário o estudo do contexto político, social e econômico que determinaram a elaboração das referidas propostas educacionais que decorreram na regulamentação das leis estaduais, com vistas ao estabelecimento de correlações entre os aspectos citados e os interesses políticos da sociedade paranaense.

Introdução





O projeto em questão investigou a regulamentação educacional do Estado do Paraná, Brasil, visando a compreensão da organização da escola pública primária republicana (PARANÁ, 1900-1920), com foco nas disciplinas curriculares e métodos recomendados para as escolas durante o período de 1900 a 1920. Para esta pesquisa fez-se o levantamento das fontes que dizem respeito à legislação educacional paranaense. Estes materiais foram encontrados na seção “Obras Raras”, da Biblioteca da Universidade Estadual de Maringá e na Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

Para que exista a compreensão das leis, faz-se necessário saber que, no período da Primeira República (1889-1930), houve uma instabilidade política no Poder Legislativo do Estado do Paraná (CAMARGO, 2006; MARTINS, 2001; MAGALHÃES, 1974). A fragilidade notada neste período ocorreu devido ao intenso rodízio de governadores, que havia acontecido nos anos anteriores, especialmente na primeira década republicana. Sendo assim, o olhar do governo se voltou para a administração pública, o foco direcionava-se para os aspectos gerais da organização política do Estado que construía seus documentos legislativos.

Devido ao pouco investimento feito no início da República para obras de espaço público, observa-se a preocupação com a regulamentação da escola primária, decorrentes da situação precária das escolas existentes e seus problemas, tais como a dificuldade da frequência dos alunos, devido ao fato de os locais de ensino estarem distantes de suas casas, acarretando muitas faltas às aulas, isso fazia com que os pais por vezes, desanimassem e não enviassem seus filhos à escola. Havia ocorridos investimentos no ensino, contudo estes eram insuficientes para o atendimento de todas as crianças em idade escolar. Como seria a organização do ensino? Quais seriam os conteúdos abordados? Quais métodos de ensino seriam empregados? Como seriam distribuídos os horários? Estes e outros questionamentos orientaram a leitura da legislação.

Materiais e métodos

A pesquisa permitiu conhecer a legislação educacional com ênfase na discussão do currículo e dos métodos empregados na escola primária no Paraná no início do século XX. Para a compreensão dessa documentação fez-se necessário o estudo do contexto político, social e econômico que determinaram a elaboração das referidas propostas educacionais que decorreram da regulamentação de propostas pelo Estado. Compreendemos que as leis, conjuntos de normas, expressam a tentativa de organizar





politicamente as ações do Estado e da vida em sociedade. Para a metodologia buscamos apoio em Castanha (2013) ao afirmar que o estudo sobre legislação exige que se capte o seu espírito, isto é, seu contexto.

Resultados e Discussão

A partir da leitura e estudo das leis propostas pelo presente trabalho, é possível observar que o cenário educacional do Estado do Paraná, passava por dificuldades, uma delas era em relação a falta de prédios escolares. As poucas escolas que existiam eram localizadas na cidade, desta forma as crianças que habitavam as zonas rurais eram prejudicadas. O caminho a ser percorrido até a cidade era longo, então, quando o meio de transporte, no caso a carroça, quebrava ou quando havia fortes chuvas e as pontes ficavam interditadas, as crianças faltavam à escola. Em relação ao ensino primário, durante o período de 1900 a 1920, é importante destacar que este, se voltava para o desenvolvimento psíquico, social e civil do ser humano.

As disciplinas que eram ensinadas durante parte do período republicano eram todas implementadas nas escolas com o objetivo de formar o cidadão para viver em sociedade. Estas seriam trabalhadas como “noções”, nota-se que desta forma, algumas das disciplinas não seriam estudadas com profundidade. Em relação às mesmas e alguns conteúdos, como exemplo, citamos o Regimento Interno das Escolas Públicas do Paraná do ano de 1903 que, em seu primeiro anexo, apresentou as disciplinas de *Leitura, Gramática, Caligrafia, Aritmética, Desenho Linear, Geografia, História Pátria, Agronomia, Moral, Trabalhos de agulha*. Estas disciplinas eram trabalhadas no segundo ano do ensino primário, a partir delas é possível notar o caráter social e civil do ensino, ao qual referimos.

Com relação ao método que era trabalhado no período supracitado, notamos que a escola primária era permeada pelo método intuitivo, ou pelo chamado, “lição de coisas”. Este consistia em não valorizar apenas o conteúdo científico, mas formar o aluno em sua totalidade. Neste sentido, utilizava os objetos como suporte didático e os sentidos possibilitavam a produção de ideias, iniciando do concreto e chegando à abstração. Os sentidos deveriam ser educados para obter o conhecimento, passando da intuição dos sentidos para a intuição intelectual. O método intuitivo juntamente com a formação de professores, representou aquilo que foi chamado de núcleo central das reformas que estava sendo usadas como





base do ensino popular na Europa. Aos poucos o método foi sendo introduzido nas escolas primárias paranaenses. É importante destacar que a “lição de coisas” ora aparece na legislação, ora não, o que induz a pensarmos que este método permeia o período analisado. Contudo, muitos professores não tinham formação adequada para implementá-lo.

Conclusões

Com as leituras e estudos dos autores e das leis que permearam o período Republicano durante os anos de 1900 a 1920, é possível entender que o objetivo da Escola Primária fundamentava-se em formar o aluno para o trabalho e cidadania. O indivíduo ao se formar, deveria estabelecer o seu amor pela pátria e realizar as funções que eram pertinentes a ele em sociedade.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora Maria Cristina Gomes Machado, que contribuiu com todo o seu conhecimento e experiência e ao CNPq, por financiar a pesquisa, incentivando o desenvolvimento dos projetos.

Referências

- CAMARGO, João Borba. **História do Paraná**. A República – 1889-2002. Maringá, PR: Bertoni, 2006.
- CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial**: a legislação geral e complementar referente à corte entre 1827 e 1889. Campinas, SP: Navegando Publicações; Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Guairá, 2001.
- MAGALHÃES, Marion Brehol de. **Paraná: Política e governo**. Curitiba, PR: SEED; Rio de Janeiro: FNME, 1974.
- PARANÁ. **Coletânea de leis, decretos e regulamentos**. Curitiba, PR: Penitenciária, 1900 – 1920.

